

# O nexó entre a democracia e o meio ambiente: proposta de um modelo analítico para o contexto da Amazônia brasileira<sup>1</sup>

*Cyro Assahira  
Evandro Mateus Moretto  
Neli Aparecida de Mello-Théry*

## **Resumo**

As democracias podem expressar conjunturas com características políticas e socioambientais próprias e que podem, inclusive, ser antagônicas entre si. No Brasil esta perspectiva é destacada nas análises sobre a democracia a partir do enfoque na participação social direta e, especialmente, durante o período tratado como de crise da democracia (2016-2022). O objetivo deste trabalho é apresentar um modelo analítico interdisciplinar para investigar o nexó entre a democracia e o meio ambiente. O ponto de partida é a imersão nos debates conceituais sobre a democracia. Esta etapa fundamenta o delineamento dos procedimentos quantitativos. Em seguida, propõe-se a interconexão entre a dimensão empírica e o campo conceitual para investigar a configuração de diferentes conjunturas democráticas. Nesta etapa, pela associação entre dados da qualidade democrática e

---

1 Este trabalho apresenta o modelo analítico elaborado no desenvolvimento de tese de doutorado (Assahira, 2023), defendida no Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental – Procam da Universidade de São Paulo.

análises teóricas, identificamos três conjunturas democráticas para o período de 1988 a 2022. Evidenciamos que mesmo diante de um mesmo arranjo democrático, diferentes conjunturas democráticas podem ser configuradas, cada uma delas apresentando uma perspectiva própria em relação ao nexos entre democracia e meio ambiente. O modelo analítico apresentado propõe uma nova forma de investigar cenários democráticos e seus desdobramentos na dimensão socioambiental.

**Palavras-chave:** Democracia e Meio Ambiente; Interdisciplinaridade; Socioambiental; Metodologia.

## 1. INTRODUÇÃO

O conceito hegemônico de democracia, e que atualmente é utilizado para denominar se um país é democrático, tem como base os debates em torno do modelo elitista (Schumpeter, 1942) e pluralista (Dahl, 1971). Em meados da década de 1970, tendo como eixo central a existência de eleições livres e diretas, a democracia passa a ser discutida como conjuntos de processos e práticas que precisam estar constantemente sendo aperfeiçoados (Dahl, 1971). Nesta perspectiva, assume-se que cada processo democrático pode ser expresso em diferentes graus, resultando configuração de distintas conjunturas com dinâmicas sociopolíticas próprias (Dahl, 1971; Avritzer; Santos, 2003; Diamond; Morlino, 2004; Held, 2006; Assahira, 2023).

Nas últimas décadas, com o eventual fortalecimento de uma base teórica em torno do conceito hegemônico de democracia e o aumento das discussões em torno do meio ambiente, um crescente número de pesquisas tem sido elaborado para explorar os pontos de convergência entre os temas (Assahira, 2023). No campo conceitual, os limites das democracias em preservar o meio ambiente são destacados pela associação com os preceitos liberais e a dificuldade em limitar as forças econômicas (Eckersley, 2004; Dryzec, 2005; Morais; Freitas, 2020). Como pontos positivos, determinados componentes democráticos, como os mecanismos de controle e fiscalização das políticas públicas e as liberdades democráticas que favorecem as mobilizações sociais e ambientais, são utilizados como argumentos para indicar a maior eficiência, em relação às autocracias, para a contenção das atividades de impacto negativo ao meio ambiente (Walker, 1999; Eckersley, 2004; Dryzec, 2005).

No âmbito dos estudos empíricos, o nexos entre a democracia e o meio ambiente é tratado como uma área de estudo emergente, na qual, usualmente, investiga-se como a qualidade da democracia pode influenciar uma determinada variável ambiental, tais como aquelas relacionadas com: poluição atmosférica, contaminação aquática, erosão do solo e desmatamentos florestais (Midlarski, 1998; Farzin; Bond, 2006; Winslow, 2005; Hosseini; Kaneko, 2013). Os estudos também têm revelado dúvidas em relação aos aspectos positivos da democracia no meio ambiente, com relações que variam de acordo com o indicador e o estado da democracia sob análise (Buitenzorgy; Mol, 2000; Arvin; Lew, 2011; Mccarthy; Tacconi, 2011).

Considerando os estudos qualitativos e quantitativos sobre o nexos entre democracia e meio ambiente, é possível assumir uma lacuna de conhecimento caracterizada

por: (1) poucos estudos interdisciplinares; (2) poucos estudos empíricos no contexto da América Latina e (3) a escassez de trabalhos que consideram as particularidades de cada conjuntura democrática em um mesmo país (Assahira, 2023).

Diante do que foi apresentado, este trabalho tem como objetivo central apresentar um modelo analítico para a investigação do nexa entre democracia e meio ambiente. Para isso, propomos a interconexão entre debates teóricos, fatos históricos e dados quantitativos da qualidade da democracia e de determinada variável ambiental. Como eixo central, se encontra a perspectiva de que a democracia, em um mesmo país, pode manifestar diferentes conjunturas democráticas, cada uma delas podendo ser tratada como uma expressão própria da democracia. Haja vista a centralidade nos debates políticos e socioambientais do Brasil, o modelo é orientado para o contexto da Amazônia brasileira. Contudo, sob determinadas condições pode, possivelmente, ser replicado em outros cenários socioambientais.

## 2. MATERIAIS E MÉTODOS

Diante da constatação de que o nexa entre democracia e meio ambiente se encontra associado a uma multiplicidade de componentes e é investigado por diferentes ângulos analíticos, optou-se pela estratégia da interdisciplinaridade, uma vez que ela pressupõe a triangulação entre saberes que são construídos a partir de diferentes disciplinas (Ferreira, 2004; Alvarenga *et al.*, 2015).

Convergindo com a proposta interdisciplinar, o modelo foi arquitetado em um quadro analítico misto, assim, métodos qualitativos e quantitativos foram utilizados em conjunto. Especificamente, adota-se a estratégia do Método Misto Convergente Paralelo (Creswell, 2014).

O modelo proposto testa a hipótese de que para cada conjuntura democrática ocorrem diferentes desdobramentos no campo socioambiental, o que pode ser percebido no contexto da Amazônia brasileira. A pesquisa desenvolve-se no decorrer de três principais etapas: (1) análise teórica sobre a democracia e o meio ambiente; (2) investigação teórica e empírica das conjunturas democráticas; (3) investigação da relação entre a qualidade democrática e uma variável indicadora de impacto no meio ambiente. Almeja-se dar respostas para as seguintes perguntas específicas: (1) como a dimensão conceitual da democracia se encontra associada com os debates ambientais? (2) É possível assumir a existência de distintas conjunturas democráticas? (3) Em que circunstâncias o horizonte democrático pode se demonstrar favorável para a contenção dos processos que causam impactos negativos ao meio ambiente? (4) É possível associar variações em um indicador ambiental com mudanças na qualidade da democracia? (Figura 1).

Na primeira etapa, a pesquisa bibliográfica fundamenta as análises conceituais acerca do nexa entre a democracia e o meio ambiente, permitindo a aproximação com o tema de estudo, identificação de lacunas de conhecimentos e o levantamento do estado da arte da temática sob análise.

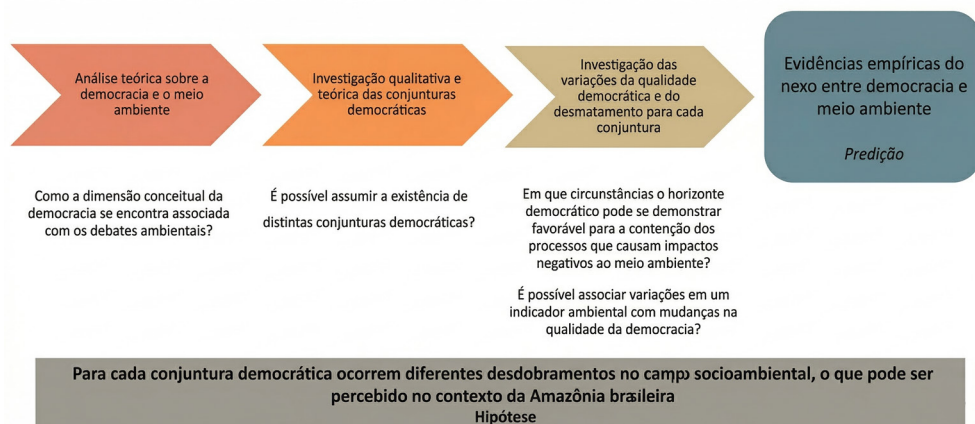


Figura 1 – Fluxograma indicando as etapas elaboradas para investigar a hipótese de trabalho e que está contido no modelo analítico.

Fonte: Elaborada pelos autores.

Acessamos estudos conceituais relacionados com os seguintes temas: “o sentido hegemônico da democracia” (e.g. Schumpeter, 1942; Dahl, 1971; Avritzer; Santos, 2003; Held, 2006); “a democracia na América Latina” (e.g. O’Donnell, 1991; Avritzer, 2002; PNUD, 2004; Dagnino, Olvera; Panfichi, 2006); “a democracia e o meio ambiente: interconexões conceituais” (e.g. Ophuls, 1977; Eckersley, 2004; Moraes; Freitas, 2020); “a democracia no Brasil pelo enfoque da participação social” (e.g. Avritzer, 2009; Abers; Serafim; Tatagiba, 2014; Gohn, 2019) e a “crise das democracias contemporâneas” (e.g. Levitsky; Ziblatt, 2018; Preworski, 2020; Avritzer; Kerche; Marona, 2021).

Para identificar e delimitar temporalmente as conjunturas democráticas conformadas no Brasil entre os anos de 1988 e 2022, informações qualitativas e quantitativas, obtidas por dois diferentes horizontes analíticos, são interconectadas. Como primeira estratégia, a partir de levantamento bibliográfico focado na literatura que investiga a democracia do país pelo enfoque da evolução do campo participativo, foram levantadas informações e delimitações temporais. A opção por este campo analítico se justifica por estar atrelado ao quadro institucional hegemônico, pela sensibilidade diante das mudanças na condição democrática e pelo fato de a participação direta ser uma característica proeminente da democracia brasileira (Avritzer, 2009; Gohn, 2019). Para identificar conceitualmente a conjuntura de crise da democracia, utilizamos literaturas específicas sobre o tema (Levitsky; Ziblatt, 2018; Przeworski, 2020).

Como segunda estratégia para acessar as conjunturas democráticas do Brasil, foram utilizadas informações quantitativas sobre a qualidade da democracia providas pelo projeto V-DEM que é uma fonte de informação que embasa diversos trabalhos que se propõem a realizar análises conjunturais (e.g. Avritzer, 2016; Mechkova; Lührmann, A.; Lindberg, 2017; Assahira; Moretto, 2024).

### 3. CONJUNTURAS DEMOCRÁTICAS NO BRASIL

O panorama de que o Brasil tem apresentado diferentes conjunturas, cada uma delas com desdobramentos sociais e políticos próprios, pode ser encontrado na bibliografia acadêmica voltada às análises conceituais sobre a democracia e a participação direta da sociedade. Este campo analítico realiza análises da democracia sob a perspectiva da participação social direta, trazendo à tona percepções sobre mudanças no arranjo institucional e no contexto democrático do país (e.g. Avritzer, 2009; Abers; Serafim; Tatagiba, 2014; Gohn, 2019).

Pelo mapeamento dos debates teóricos, foi possível assumir a existência de três principais conjunturas democráticas no Brasil entre os anos de 1988 e 2022 (Figura 2). Da promulgação da Constituição Federal de 1988 até os primeiros anos da década de 2000, a implementação das instituições democráticas e das políticas participativas foram temas recorrentes. Os processos associados e/ou oriundos do texto constitucional e das liberdades democrática fundamentam parte significativa das análises sobre a democracia do país no período (e.g. Smulovitz; Peruzotti, 2000; Avritzer, 2002; Gohn, 2019).

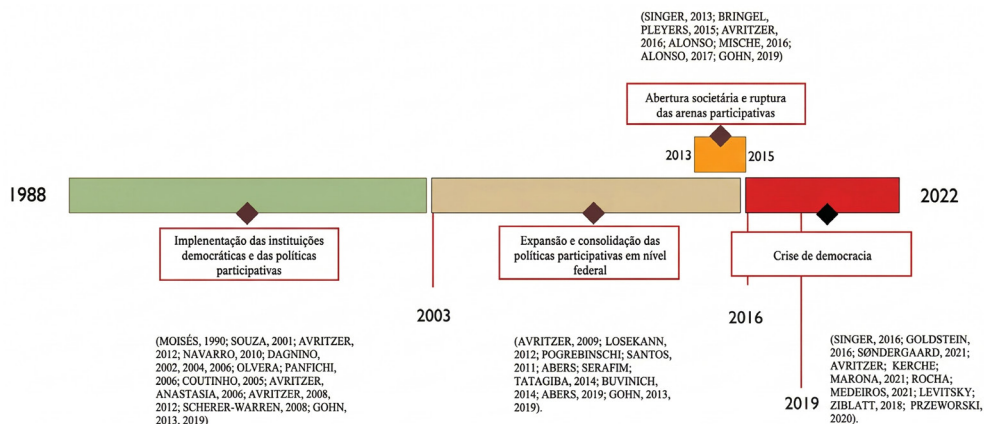


Figura 2 – Conjunturas democráticas demarcadas no período de 1988 a 2022.

Fonte: Elaborada pelos autores.

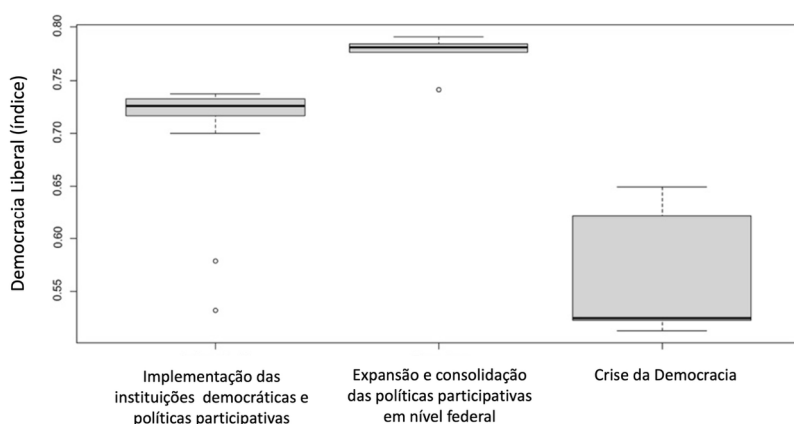
Entre os anos de 2003 até os primeiros anos da década de 2010, tendo como marco o início do primeiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva, a democracia do país tem como um dos temas centrais a expansão e consolidação das políticas participativas. A inclinação para a participação social se torna presente em parte significativa das políticas públicas, aproximando atores do governo federal e da sociedade civil em espaços instituídos pelo próprio poder público (e.g. Avritzer, 2009; Dagnino, 2004; Scherer-Warren, 2008, Gohn, 2019).

No decorrer destas duas conjunturas, a democracia do país esteve em uma condição de relativa estabilidade, sendo possível assumir um cenário, ainda que tenham ocorrido momentos de instabilidade, sem proeminentes retrocessos na perspectiva democrática (Avritzer, 2016). Contudo, entre os anos de 2013 e 2015, tendo como

pano de fundo um cenário de crise política e ciclos de protestos nas principais capitais do país, inicia-se um período de mudanças na perspectiva democrática do país, configurando novos enquadramentos sociopolíticos (Bringel; Pleyers, 2015; Avritzer, 2016; Gohn, 2019). Neste período, a hegemonia de grupos da esquerda política em arenas formais e informais de participação social direta foi interrompida, tornando-se compartilhada com forças conservadoras e, em diversos casos, com posicionamentos controversos do ponto de vista democrático (Avritzer, 2016).

No ano de 2016, a democracia entra em uma condição de impasse com a consolidação do processo de impeachment de Dilma Rousseff, a posse de Michel Temer e o início de um projeto político sem a legitimação democrática (Avritzer, 2016; Gohn, 2019). A partir daquele ano, e com ênfase nos anos seguintes a 2019, a democracia brasileira passa a ser enquadrada como uma democracia em situação de crise (Avritzer, 2017; Søndergaard, 2021; Avritzer; Kerche; Marona, 2021; Assahira; Moretto, 2024). Do ano de 2019 em diante, com o início do mandato de Jair Bolsonaro, o quadro institucional passa por um sistemático processo de desmonte que ocorre a partir de medidas tomadas de dentro do arranjo institucional e é impulsionado pela retórica autoritária do presidente (Miguel, 2019; Avritzer; Kerche; Marona, 2021).

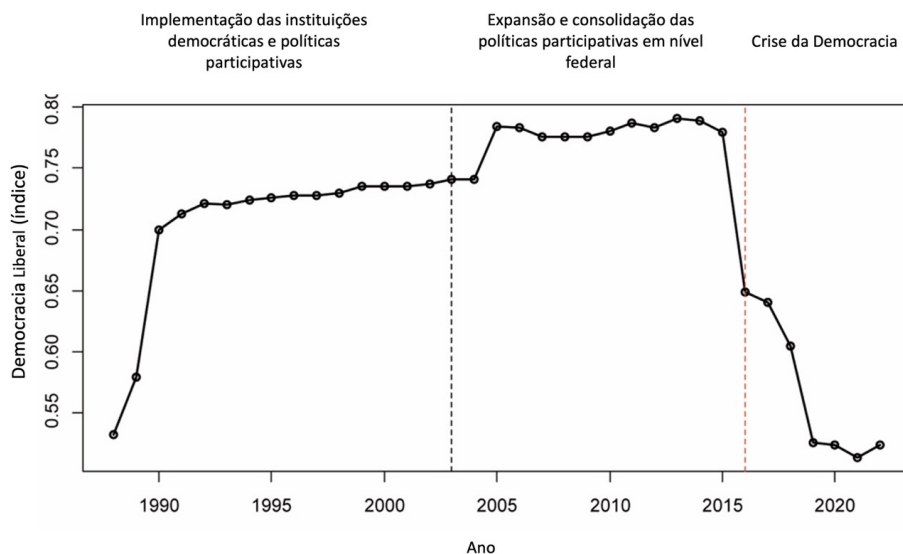
Corroborando com a perspectiva de que cada uma das conjunturas democráticas apresenta diferentes qualidades, a exploração de dados quantitativos da democracia trouxe à tona notáveis diferenças, especialmente no período de Crise da Democracia (Figura 3). Ao longo período de 1988-2022, os momentos em que ocorrem importantes variações na qualidade democrática coincidem com as demarcações de conjunturas obtidas pelos estudos no campo qualitativo (Figura 4).



**Figura 3** – Boxplot indicando o índice de democracia liberal para cada uma das conjunturas demarcadas no período de 1988 a 2022.

Dados: Varieties of Democracy Project.

Fonte: Adaptada de Assahira (2023).



**Figura 4** – Série temporal indicando o índice de democracia liberal para o período de 1988 a 2022.

Dados: Varieties of Democracy Project.

Fonte: Elaborada pelos autores.

#### 4. AS DINÂMICAS DE EXPLORAÇÃO DA AMAZÔNIA EM DIFERENTES CONJUNTURAS DEMOCRÁTICAS

A Amazônia é um território em disputa que apresenta diferentes dinâmicas socioambientais de acordo com o contexto democrático, sendo notável o contraste do período de ditadura militar e aquele sob influência do projeto democrático participativo (Becker, 1990; Mello, 2002; Mello-Théry, 2011a; Assahira, 2023).

A partir de meados da década de 1980 com o início do processo de abertura democrática, importantes marcos ocorreram no âmbito das políticas ambientais, como a formulação da Política Nacional do Meio Ambiente, a instituição da Licença e Avaliação de Impactos Ambientais, a criação do Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA) e a implementação do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) (Mello-Théry, 2011b; Gusmão; Borges, 2020). Na Assembleia Constituinte de 1985, já se beneficiando das liberdades democráticas de expressão e associação, grupos da sociedade civil e coletivos que têm suas lutas associadas com o horizonte pró-ecológico, como indígenas e ambientalistas, se organizaram para exercer pressão política nos representantes políticos. Como consequência, no texto da Constituição Federal de 1988 (CF/1988) foi incorporado um capítulo dedicado ao meio ambiente, com diretrizes à produção de políticas públicas associadas com a conservação do meio ambiente

em nível local e regional (Alonso; Costa; Maciel, 2007; Avritzer; Navarro, 2003; Scherer-Warren, 2008).

A formalização da democracia no Brasil impulsionou a normatização de diversos instrumentos previstos na Política Nacional do Meio Ambiente e promoveu um dos principais sustentáculos da proteção da Amazônia, a demarcação de terras indígenas (TI) e a implementação de Unidades de Conservação (UCs) (Mello-Théry, 2003).

Demonstrando a mudança em relação ao período autoritário, o discurso de sustentabilidade passou a ser pontuado nas retóricas dos líderes políticos, permeando políticas públicas de diversas áreas (Mello-Théry, 2011c; Mello-Théry; Cavicchioli; Dubreuil, 2013; Gusmão; Borges, 2020). Seguindo a tendência de crescimento da sociedade civil no período pós-Constituição Federal de 1988, o ambientalismo ampliou-se em número de atores envolvidos e em pautas reivindicadas, caracterizando-se pelo caráter multissetorial e a diversidade de entidades envolvidas (Viola, 1992; Alvarez; Dagnino; Escobar, 2001; Acserald, 2010).

Apesar dos limites das políticas públicas em tratar de temas ambientais complexos e a submissão de alguns setores públicos aos interesses neoliberais, é possível assumir que desde o início da abertura democrática, até a primeira década de 2000, ocorre um processo contínuo e incremental de avanços nas políticas ambientais, no qual, foram registrados: o fortalecimento da legislação ambiental, medidas para implementar propostas de educação ambiental e o aparelhamento do Estado com órgãos de proteção e fiscalização ambiental (Becker, 2005; Loureiro *et al.*, 2013; Carvalho, 2015; Adams *et al.*, 2020).

No decorrer da conjuntura de expansão e consolidação das políticas participativas em nível federal, momento em que a qualidade da democracia chega ao seu auge, medidas de impactos positivos na conservação da região, como a implementação do Plano de Ação para *Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PP-CDAm)* e o foco em *Municípios Prioritários (MPs)* para combater e prevenir o desmatamento, contribuíram com a configuração de um contexto de diminuição das taxas de desmatamento por anos seguidos (Assunção; Rocha, 2014; Mello; Artaxo, 2016; West; Fearnside, 2021).

Na conjuntura de crise da democracia, ocorre um profundo processo de degradação do sistema de governança ambiental voltado à proteção da Amazônia, atingindo as arenas de participação das entidades ambientalistas e políticas ambientais que estavam sendo estabelecidas desde a democratização (Mello-Théry, 2019; Adams *et al.*, 2020; Athayde *et al.*, 2022; Coelho-Júnior *et al.*, 2022; Assahira; Moretto, 2024).

Com o início do mandato presidencial de Jair Bolsonaro, em 2019, o país entra em um intenso processo de degradação das relações políticas, erosão da qualidade democrática e desmantelamento dos mecanismos institucionais voltados para a preservação

ambiental (Ferrante; Fearnside, 2020; Avritzer; Kerche; Marona, 2021; Milhorange, 2022; Assahira; Moretto, 2024). Nesse cenário, programas-chave para a contenção do desmatamento na Amazônia, como o PPCDam, foram descontinuados e substituídos por medidas que ignoravam os processos e o acúmulo de conhecimento obtido nos anos anteriores (Capobianco, 2019; Martins, 2022).

De forma sintomática, os processos associados com a devastação ambiental foram impulsionados por diversas frentes, culminando em eventos como o aumento do desmatamento associado com atividade de mineração (Siqueira-Gay; Sánchez, 2021; Assahira, 2023) e, entre os anos de 2019 e 2020, na maior taxa de desmatamento anual na Amazônia dos últimos dez anos (Silva Junior *et al.*, 2020).

## 5. O MODELO ANALÍTICO DESENVOLVIDO

O modelo desenvolvido adota princípios baseados em temas centrais de estudos da democracia e do nexa com o meio ambiente, dessa forma considera-se: princípio 1 – um mesmo arranjo democrático pode expressar diferentes conjunturas democráticas (*e.g.* O'Donnell, 1991; PNUD, 2004; Gohn, 2019); princípio 2 – cada conjuntura democrática possui dinâmicas políticas e socioambientais próprias (*e.g.* Pickering; Bäckstrand; Schlosberg, 2020); 3 – determinados indicadores de impacto ambiental podem ser responsivos às dinâmicas democráticas (*e.g.* Shandra; Esparza; London, 2012; Coelho-Júnior *et al.*, 2022); 4 – os efeitos positivos da qualidade da democracia no meio ambiente são limitados em conjunturas de baixa qualidade democrática e sob determinados projetos políticos (*e.g.* Walker, 1999; Akalin; Erdogan, 2021). O modelo indica a interconexão entre a dimensão conceitual e a empírica para investigar e evidenciar conjunturas democráticas. De tal modo, aquilo que é constatado empiricamente também é sujeito a profundas análises conceituais.

Para cada conjuntura identificada, são realizadas: (1) caracterização da democracia na conjuntura; (2) análise de variações nos indicadores de qualidade da democracia; (3) investigação de avanços e retrocessos nas políticas ambientais e (4) exploração dos principais processos de impacto ao meio ambiente no período e, por fim; (5) análise estatística entre a qualidade da democracia e determinado indicador de impacto ambiental (Figura 5).

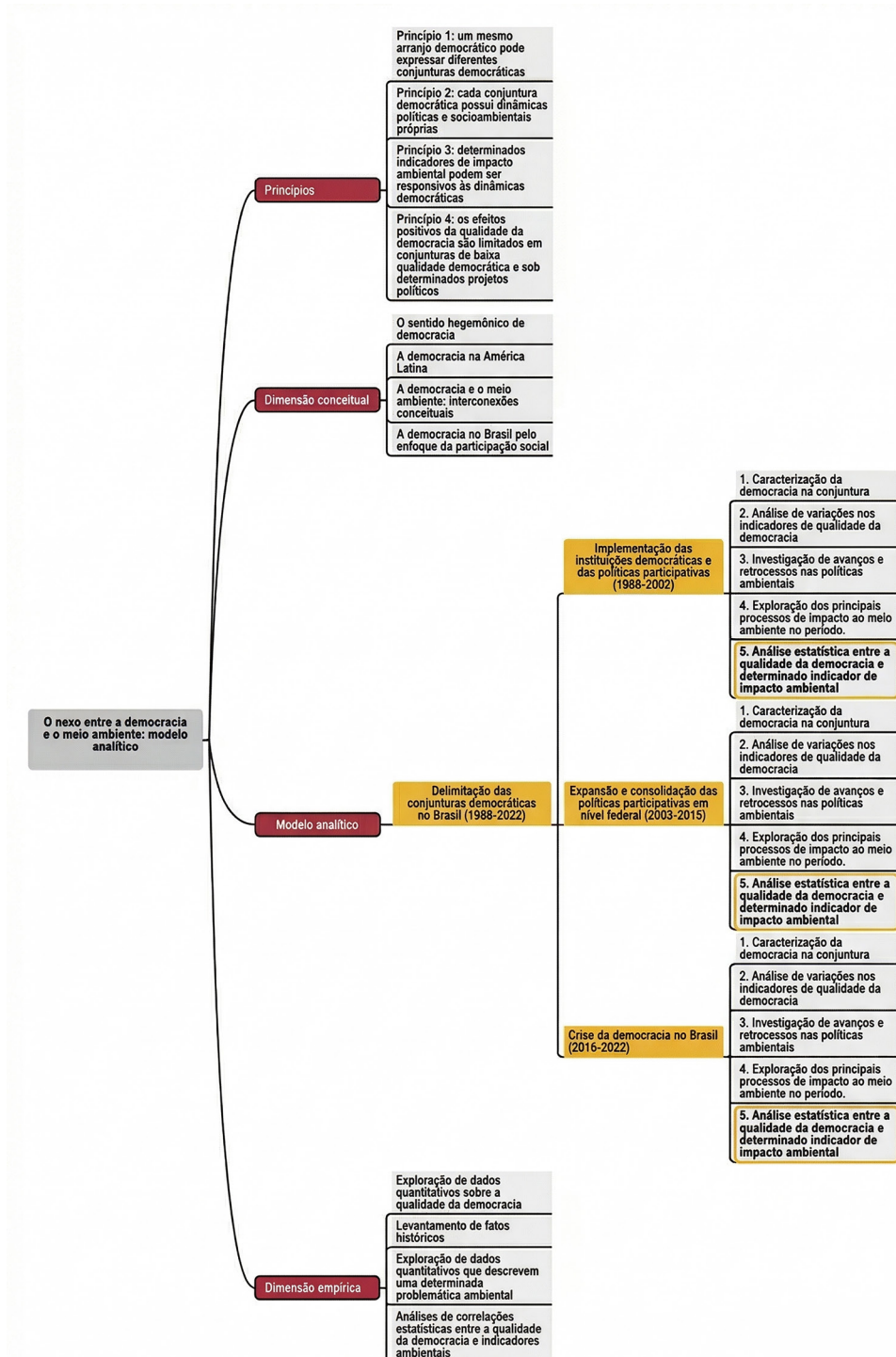


Figura 5 – Modelo analítico para investigar o nexu entre a democracia e o meio ambiente.

Fonte: Assahira (2023).

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pela abordagem interdisciplinar, reunindo debates teóricos e dados quantitativos sobre a qualidade da democracia, foi elaborado um modelo para acessar as conjunturas democráticas do Brasil entre os anos de 1988 e 2022. Assim, desde a promulgação da Constituição Federal de 1988 (CF/1988) até o ano de 2022, três principais conjunturas democráticas foram delineadas: a *implementação das instituições democráticas e políticas participativa* (1988-2002), a *expansão das políticas participativas em nível federal* (2003-2015) e a *crise da democracia* (2016-2022).

Da promulgação da CF/1988 até o ano de 2015, os avanços na qualidade democrática ocorreram de forma gradual e incremental, sem retrocessos proeminentes. Este panorama é interrompido com a *crise da democracia*, que se desenvolve entre os anos de 2016 e 2022, quando ocorre a acentuada perda da qualidade democrática. Nesse contexto, evidenciamos que mesmo diante de um mesmo arranjo institucional, diferentes conjunturas democráticas podem ser configuradas, cada uma delas podendo apresentar uma perspectiva própria em relação ao nexa entre democracia e meio ambiente.

O modelo analítico desenvolvido propõe uma nova forma de investigar cenários democráticos e seus desdobramentos na dimensão socioambiental, podendo ser replicado em outros contextos sociopolíticos. A interconexão entre debates teóricos, fatos históricos e dados quantitativos pode permitir uma compreensão aprofundada das dinâmicas democráticas e suas implicações ambientais.

## 7. AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (Capes) – Código de Financiamento 001 e do Programa de Ciência Ambiental (Procam) do Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo (IEE-USP).

## REFERÊNCIAS

- ABERS, R. Bureaucratic activism: pursuing environmentalism inside the brazilian state. *Latin American Politics and Society*, v. 61, n. 2, p. 21-44, 2019.
- ABERS, R.; SERAFIM, L.; TATAGIBA, L. Repertórios de interação estado-sociedade em um estado heterogêneo: a experiência na Era Lula. *Dados*, v. 57, n. 2, 2014.
- ACSELRAD, H. Ambientalização das lutas sociais – o caso do movimento por justiça ambiental. *Estudos Avançados*, v. 24, n. 68, p. 103-119, 2010.
- ADAMS, C. et al. Governança ambiental no Brasil: acelerando em direção aos objetivos de desenvolvimento sustentável ou olhando pelo retrovisor? *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, v. 25, n. 81, p. 1-13, 2020.

- AKALIN, G.; ERDOGAN, S. Does democracy help reduce environmental degradation? *Environmental Science and Pollution Research*, v. 28, p. 7226-7235, 2021.
- ALONSO, A. A política das ruas: protestos em São Paulo de Dilma a Temer. *Novos Estudos CEBRAP*, v. especial, 2017.
- ALONSO, A.; COSTA, V.; MACIEL, D. Identidade e estratégia na formação do movimento ambientalista Brasileiro. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 79, p. 151-167, 2007.
- ALONSO, A.; MISCHÉ, A. Changing repertoires and partisan ambivalence in the new brazilian protests. *Bulletin of Latin American Research*, v. 36, n. 2, p. 144-159, 2017.
- ALVARENGA, A.T. et al. Interdisciplinaridade e transdisciplinaridades nas tramas da complexidade e desafios aos processos investigativos. In: FERNANDES, P. J.; FERNANDES, V. (Ed.). *Práticas da interdisciplinaridade no ensino e pesquisa*. Barueri: Manole, 2015.
- ALVAREZ, S. E.; DAGNINO, E. (org.). *A sociedade civil se organiza na América Latina*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.
- ARVIN, M.B.; LEW, B. Does democracy affect environmental quality in developing countries? *Applied Economics*, v. 43, n. 9, p. 1151-1160, 2011.
- ASSAHIRA, C. *O nexó entre democracia e meio ambiente: a crise da democracia no Brasil e a degradação da Amazônia*. 2023. Tese (Doutorado em Ciência Ambiental) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- ASSAHIRA, C.; MORETTO, E.M. A degradação da Amazônia e a dimensão ambiental da crise da democracia no Brasil. *Novos Cadernos NAE*, v. 27, n. 1, 2024.
- ASSUNÇÃO, Juliano; GANDOUR, Clarissa; ROCHA, Romero. Detering deforestation in the brazilian Amazon: environmental monitoring and law enforcement - climate policy initiative. *Núcleo de Avaliação de Políticas Climáticas*, Rio de Janeiro, 2013.
- ATHAYDE, S. et al. Viewpoint: the far-reaching dangers of rolling back environmental licensing and impact assessment legislation in Brazil. *Environmental Impact Assessment Review*, v. 94, 2022.
- AVRITZER, L. *Democracy and the public space in Latin America*. Princeton: Princeton University Press, 2002.
- AVRITZER, L. (org.). *Experiências nacionais de participação social*. São Paulo: Cortez, 2009.
- AVRITZER, L. *Impasses da democracia*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. 167p.
- AVRITZER, L. The Rouseff impeachment and the crisis of democracy in Brazil. *Critical Policy Studies*, v. 11, n. 3, p. 352-357, 2017.
- AVRITZER, L. ANASTASIA, F. (Orgs). *Reforma política no Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. 271p.
- AVRITZER, L.; KERCHE, F.; MARONA, M. (Orgs.) *Governo Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação política*. Belo Horizonte: Autêntica, 2021. 571p.
- AVRITZER, L.; NAVARRO, Z. *A inovação democrática no Brasil: o orçamento participativo*. São Paulo: Cortez, 2003.

- AVRITZER, L.; SANTOS, B.S. Towards widening the democratic canon. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, v. November 2003, p. 1-30, 2003.
- BECKER, B.K. *Amazônia*. São Paulo: Ática, 1990.
- BECKER, B.K. Geopolítica da Amazônia. Geopolítica na Amazônia. *Estudos Avançados*, v. 19, n. 53, p.71-86, 2005.
- BRINGEL, B.; PLEYERS, G. Junho de 2013... dois anos depois. *Nueva Sociedad* - especial em português, p. 4-17, 2015.
- BUITENZORGY, M.; MOL, A. P. J. Does Democracy Lead to a Better Environment? Deforestation and the Democratic Transition Peak. *Environmental and Resource Economics*, v. 48, n. 1, p. 59-70, 2011.
- BUVINICH, D.P.R. O mapeamento da institucionalização dos conselhos gestores de políticas públicas nos municípios brasileiros. *Revista de Administração Pública*, v. 48, n. 1, p. 55-82, 2014.
- CAPOBIANCO, J. P. Muito prazer, meu nome é PPCDAm. *O Eco*. São Paulo, 14 out. 2019. Disponível em: <https://oeco.org.br/analises/muito-prazer-meu-nome-e-ppcdam/>. Acesso em: 6 de mar. 2023.
- CARVALHO, L. E. Direito, ambiente e emancipação social. *Revista Direito e Práxis*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 645-676, 2015.
- COELHO-JÚNIOR, M. G. *et al.* Unmasking the impunity of illegal deforestation in the Brazilian Amazon: a call for enforcement and accountability. *Environmental Research Letters*, v. 17, n.4, 2022.
- CRESWELL, J. W. *Research design: qualitative, quantitative, and mixed methods approaches*. 4. ed. Los Angeles: Sage, 2014.
- DAGNINO, E. (org.). *Sociedade Civil e espaços públicos no Brasil: um balanço necessário*. São Paulo: Paz e Terra/Unicamp, 2002.
- DAGNINO, E. Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? In: MATO, D. (org.). *Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización*. Caracas: Fa-Ces/Universidad de Venezuela, 2004. p. 95-110.
- DAGNINO, E.; OLVERA, A. J.; PANFICHI, A (Orgs.). *A disputa pela construção democrática na América Latina*. Campinas: Paz e Terra, 2006. 501p.
- DAHL, R. A. *Polyarchy: participation and opposition*. New Haven: Yale University Press, 1971.
- DIAMOND, L.; MORLINO, L. *The quality of democracy: an overview*. *Journal of Democracy*, v. 15, n. 4, p. 20-31, 2004.
- DRYZEC, J.S. *The politics of Earth: environmental discourses*. New York: Oxford University Press, 2005.
- ECKERSLEY, Robyn. *The green state: rethinking democracy and sovereignty*. Cambridge: MIT Press, 2004.

- FARZIN, Y.H.; BOND, C.A. Democracy and Environmental Quality. *Journal of Development Economics*, v. 2006, 2006.
- FERRANTE, L.; FEARNSTIDE, P.M. Brazil threatens Indigenous Lands. *Nature*, v. 368, n. 6490, p. 481-482, 2020.
- FERREIRA, L.C. Ideias para uma sociologia da questão ambiental – teoria social, sociologia ambiental e interdisciplinaridade. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, v. jil./dez., n. 10, p. 77-89, 2004.
- GOHN, Maria da Glória. *Participação e democracia no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2019.
- GOLDSTEIN, A.A. La tormenta perfecta: crisis e impeachment en el segundo mandato de Dilma Rousseff. *Análisis Político*, v. 29, n. 88, 2016.
- GUSMÃO, P.P.; BORGES, M.P.B. (Des)construção da gestão ambiental no Brasil: De Paulo Nogueira Neto (1973) a Ricardo Salles (2020). *Ambientes: Revista de Geografia e Ecologia Política*, v. 2, n. 2, p. 218-277, 2020.
- HELD, D. *Models of democracy*. 3. ed. Cambridge: Polity Press, 2006. 338p.
- HOSSEINI, H.M.; KANEKO, S. Can environmental quality spread through institutions? *Energy Policy*, v. 56, p. 312-321, 2013.
- LEVITSKY, S.; ZIBLATT, D. Como as democracias morrem. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.
- LOSEKANN, C. Participação da sociedade civil na política ambiental do governo lula. *Ambiente e Sociedade*, v. 15, n. 1, p. 179-200, 2012.
- LOUREIRO, C.F.B.; SAISSE, M.V.; CUNHA, C.C. Histórico da educação ambiental no âmbito federal da gestão ambiental pública: um panorama da divisão do IBAMA à sua reconstrução no ICMBio. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, v. 28, 2013.
- MARTINS, P. S. V. (org.). *Desmatamento em unidades de conservação: uma análise da governança ambiental e climática a partir do PPCDAM*. Pará: Terra de Direitos, 2022.
- MECHKOVA, V.; LÜHRMANN, A.; LINDBERG, S.I. How much democratic backsliding? *Journal of Democracy*, v. 28, n. 4, p. 162-169, 2017.
- MELLO, N.G.R.; ARTAXO, P. Evolução do plano de ação para prevenção e controle do desmatamento na Amazônia legal. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, v. 66, p. 108-129, 2017.
- MELLO, N.A. *Políticas territoriais na Amazônia brasileira. Conflitos entre conservação ambiental e desenvolvimento*. 1970-2000. 2002. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.
- MELLO-THÉRY, N.A. *Território e gestão ambiental na Amazônia*. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2011a.
- MELLO-THÉRY, N.A. Meio Ambiente, globalização e políticas públicas. *Revista Gestão & Políticas Públicas*, v. 1, n. 1, p. 133-161, 2011b.
- MELLO-THÉRY, N.A. Meio ambiente, globalização e políticas públicas. *Revista gestão & Políticas Públicas*, v. 1, n. 1, p. 133-161, 2011c.

- MELLO-THÉRY, N. A. Perspectivas ambientais 2019: retrocessos na política governamental. *Confins: revue franco-brésilienne de géographie / Revista franco-brasileira de geografia*, Paris, n. 501, 2019.
- MCCARTHY, S.; TACCONI, L. The political economy of tropical deforestation: assessing models and motives. *Environmental Politics*, v. 20, n. 1, p. 115-132, 2011.
- MIDLARSKY, M.I. Democracy and the environment: an empirical assessment. *Journal of Peace Research*, v. 35, n. 3, p. 341-361, 1998.
- MILHORANCE, C. Policy dismantling and democratic regression in Brazil under Bolsonaro: Coalition politics, ideas, and underlying discourses. *Review of Policy Research*, v. 39, n. 6, 2022.
- MOISÉS, J.A. Eleições, participação e cultura política: mudança e continuidades. *Lua Nova*, n. 22, p. 133-187, 1990.
- MORAIS, L.A.; FREITAS, L.S. Democracia e meio ambiente: um estudo bibliométrico da produção científica. *Research, Society and Development*, v. 9, n. 7, p.1-32, 2020.
- O'DONNELL, G. Democracia delegativa? *Novos Estudos*, n. 1, p. 25-40, 1991.
- OPHULS, William. *Ecology and the politics of scarcity*. New York: WH Freeman Press, 1977.
- PICKERING, J.; BÄCKSTRAND, K.; SCHLOSBERG, D. Between environmental and ecological democracy: theory and practice at the democracy-environment nexus. *Journal of Environmental Policy and Planning*, v. 22, n. 1, p. 1-15, 2020.
- PNUD. *La democracia en América Latina*. 2.ed. Buenos Aires: Aguilar, Altea, Taurus, Almaguara, 2004. 288p.
- POGREBINSCHI, T.; SANTOS, F. Participação como representação: o impacto das conferências nacionais de políticas públicas no Congresso Nacional. *Dados*, v. 54, n. 3, p. 259-305, 2011.
- PRZEWORSKI, A. *Crises da democracia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. 268p.
- ROCHA, C.; MEDEIROS, J. Jair Bolsonaro and the dominant counter publicity. *Brazilian Political Science Review*, v. 15, n. 3, p. 15, 2021.
- SCHERER-WARREN, I. Redes de movimentos sociais na América Latina: caminhos para uma política emancipatória? *Caderno CRH*, v. 21, n. 43, p. 505-517, 2008.
- SCHUMPETER, J. *Capitalism, socialism and democracy*. New York: Harper & Row Press, 1942.
- SHANDRA, J.M.; ESPARZA, L.E.; LONDON, B. Nongovernmental organizations, democracy, and deforestation: a cross-national analysis. *Society and Natural Resources*, v. 25, n. 3, p. 251-269, 2012.
- SIQUEIRA-GAY, J.; SANCHEZ, L.E. The outbreak of illegal gold mining in the Brazilian Amazon boosts deforestation. *Regional Environmental Change*, v. 21, n. 2021, p.1-5, 2021.
- SILVA JUNIOR *et al.* The Brazilian Amazon deforestation in 2020 is the greatest of the decade. *Nature*, v. 5, p. 144-145. 2021.

- SINGER, A. Brasil, junho de 2013, classes e ideologias cruzadas. *Novos estudos CEBRAP*, n. 97, p. 23–40, 2013.
- SINGER, A. et al. *Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2016. 176p.
- SMULOVITZ, C.; PERUZZOTTI, E. Societal accountability in Latin America. *Journal of Democracy*, v. 11, n. 4, p. 156–158, 2000.
- SOUZA, C. Construção e consolidação de instituições democráticas: papel do orçamento participativo. *São Paulo em Perspectiva*, v. 15, n. 4, p. 84–97, 2001.
- SØNDERGAARD, N. Reforming in a democratic vacuum: the authoritarian neoliberalism of the Temer administration from 2016 to 2018. *Globalizations*, v. 18, p. 568–583, 2021.
- VIOLA, E. A dinâmica do ambientalismo e o processo de globalização. *São Paulo em Perspectiva*, v. 6, n. 1–2, p. 6–12, 1992.
- WALKER, P.A. Democracy and environment: Congruencies and contradictions in southern Africa. *Political Geography*, v. 18, n. 3, p. 257–284, 1999.
- WEST, T.A.P.; FEARNSIDE, F.M. Brazil's conservation reform and the reduction of deforestation in Amazonia. *Land Use Policy*, v. 100, 2021.
- WINSLOW, Margrethe. Is democracy good for the environment? *Journal of Environmental Planning and Management*, v. 48, n. 5, p. 771–783, 2005.